

CULTURA E MEMÓRIA: Um estudo sobre a filarmônica Minerva Cachoeirana (1964-1969)

Melira Elen Mascarenhas Cazaes¹

Resumo: O presente artigo tem como objeto de análise a filarmônica da cidade de Cachoeira “Minerva Cachoeirana” (1878). Intencionamos realizar um estudo acerca da filarmônica no período de 1964 a 1969, constituindo uma análise histórica da mesma no recorte temporal estabelecido. Nesse sentido, pretendemos investigar quem eram os integrantes da filarmônica. Qual a profissão dos músicos? Quem eram os sócios? De que eventos sociais a filarmônica participava? As fontes analisadas são o livro dos sócios, as atas, o estatuto da filarmônica, os jornais do referido período e entrevistas com indivíduos que fizeram parte da história da Minerva Cachoeirana.

Palavras-chave: Filarmônica Minerva Cachoeirana; Memória; Cultura.

Introdução

Cachoeira, cidade situada às margens do rio Paraguaçu no Recôncavo Baiano, foi um importante entreposto comercial do que hoje conhecemos como Estado da Bahia. Detentora de um grande acervo cultural, fulgura como uma das cidades baianas que mais preservou sua identidade cultural e histórica ao longo dos anos.

Constituiu-se durante a colonização como uma grande área geográfica com plantações de fumo, cana e vastos engenhos de açúcar. Foi denominada de Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira pela Carta Régia de 27 de dezembro de 1693. Pelo seu lugar de destaque e sua importância econômica, a Vila foi elevada a categoria de cidade, pela lei provincial de nº 43, em 13 de março de 1837².

Devido ao seu cenário constituído pelo casario barroco, igrejas e museus, fora denominada de “Cidade Monumento Nacional” inscrita no decreto 68.045, de 13 de janeiro de 1971 e assinado pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici e “Cidade Heróica” (devido a sua participação nas lutas pela independência do Brasil).

Na cidade de Cachoeira diversos grupos culturais têm destaque e constituem o importante Patrimônio Cultural do município, como o samba de roda, a capoeira, entre outros. Nesta cidade repleta de expressões musicais foram constituídas as filarmônicas *Sociedade Lítero-Musical Minerva Cachoeirana*, fundada em 10 de fevereiro de 1878,

por Eduardo Mendes Franco e a Sociedade Cultural Orfeica Lyra Ceciliana, fundada pelo maestro Tranquillino Bastos³ em 13 de maio de 1870.

O presente trabalho tem como objeto de análise a filarmônica da cidade de Cachoeira “*Minerva Cachoeirana*” (1878). Intencionamos realizar um estudo acerca da filarmônica no período de 1964 a 1969, constituindo uma análise histórica da mesma no recorte temporal estabelecido.

Nesse sentido, pretendemos analisar o estatuto da filarmônica, o perfil dos integrantes da filarmônica, os seus dirigentes e os seus sócios e o papel da filarmônica nos diversos eventos sociais da época.

1. A filarmônica *Minerva Cachoeirana*

A filarmônica *Minerva Cachoeirana* foi inscrita no CPC (Comissão do Patrimônio Cultural) do Ministério da Cultura sob o nº29.001446/ 87-86, CNPJ: 14.003.073/ 0001-41 e foi fundada pelo maestro Eduardo Mendes Franco⁴.

Eduardo Franco nasceu na cidade de Cachoeira no dia 28 de dezembro de 1852, sendo seus pais, Eduardo Mendes Franco e D. Antônia Leal Pinto. Herdou o nome e o talento artístico do seu pai, desde os 18 anos de idade já estava vinculado à música e era regente da extinta Orquestra D’Ajuda. Aos 26 anos de idade constituiu a Sociedade Philarmônica do Comércio, mais tarde denominada *Minerva Cachoeirana*.

O maestro Eduardo Franco faleceu com apenas 54 anos de idade, na madrugada de 26 de maio de 1906, deixando inúmeras composições, marchas, sinfonias, sacras e peças para bandas musicais.

Inicialmente a *Minerva Cachoeirana* foi denominada “Sociedade Philarmônica do Comércio” e foi assim intitulada devido à sua organização social que na época congregou os comerciantes, tendo grande destaque Sabino Silva e Sabino de Campos, ambos exímios músicos, sendo o segundo poeta e autor da letra do Hino da Cachoeira. Posteriormente, a mesma foi denominada “*Minerva Cachoeirana*” em homenagem à Minerva deusa das artes, da ciência e do comércio.

A filarmônica *Minerva Cachoeirana* é um pouco da própria história da cidade de Cachoeira, pois esta esteve presente nos mais diversos momentos sociais da época do município e de outros locais.

De acordo com o 1º artigo do estatuto da filarmônica

A Sociedade Lítero Musical Minerva Cachoeirana -antiga Sociedade Minerva Cachoeirana, instituída na cidade de Cachoeira (Estado da Bahia) a 10 de fevereiro de 1878, sob a denominação de Sociedade Filarmônica do Comércio e os aspícios de Nossa Senhora do Rosário – Orago de Cachoeira, é a reunião de pessoas, em número ilimitado, sem distinção de classe ou nacionalidade⁵.

De acordo com o estatuto da *Minerva Cachoeirana*, reformado em 21 de setembro de 1966, a diretoria da Sociedade é composta pelo presidente, vice-presidente, dois secretários, um tesoureiro, um procurador, um orador e um segundo orador. Os recursos financeiros para manter a Instituição são oriundos das contribuições dos sócios, cachês de apresentações, ajuda de órgão público, na maioria das vezes, sob a forma de instrumentos musicais e fardamentos.

Os sócios da filarmônica exerciam as mais distintas profissões: dentista, médico, escrivão de polícia, funcionário público, docente, comerciante, motorista, gerente de banco, oficial da justiça, jornalista e advogado. Esses sócios eram indivíduos dos mais diversos estratos sociais e etnias e distinta faixa etária, constituía-se assim, um grupo heterogêneo. Cabe salientar que inicialmente, mais precisamente no século XIX, período da constituição da filarmônica, esta estava vinculada à elite da época (produtores de fumo) e seus integrantes eram, na sua grande maioria, brancos. No decorrer dos anos altera-se o perfil dos sócios e dos músicos distinguindo-se dos seus predecessores⁶.

O órgão superior da Sociedade era a Assembléia Geral que funcionava ordinariamente quando fosse requerida pela diretoria com finalidade administrativa e extraordinariamente quando foi solicitada uma reunião por um número acima de 30 sócios. A Assembléia era dirigida por um presidente, um vice-presidente e 2 secretários.

Segundo o estatuto, as eleições da Instituição ocorriam nos 15 dias que antecedessem a sessão solene do aniversário da filarmônica. A votação era realizada por escrutínio secreto e seriam eleitos os sócios que obtiverem a maioria dos votos. Contudo, somente poderiam votar e ser votado o sócio que estivesse em pleno gozo dos direitos sociais. O poder supremo exercido pela Assembléia Geral propiciava a esta amplo direito de reeleger os diretores.

Se o poder de votação estava restrito ao quadro administrativo, os músicos que não fossem sócios não possuíam então, o direito de participar ativamente das eleições?

O corpo musical da filarmônica fazia-se presente nas sessões, porém não detinham o direito ao voto, sendo a exceção os músicos que eram sócios.

Os músicos da filarmônica possuíam distintas profissões como por exemplo, eram carpinteiros, pedreiros, marceneiros, alfaiates, sapateiro, pintores, professores, entre outros⁷.

A filarmônica Minerva Cachoeirana participava de todas as festividades religiosas e cívicas da cidade, apresentando-se em bailes, festivais, procissões, coretos, aniversários, casamentos, entre outros.

A Instituição apresentava-se na festa de Nossa Senhora da Ajuda como aponta o jornal A Cachoeira do dia 1º de novembro de 1964

Tendo a realizar-se no próximo dia 8 de novembro a tradicional festa de Nossa Senhora da Ajuda, os juízes Antônio Queiroz dos Santos e professora Maria da Glória dos Santos de Souza cumpre o dever de convidar ao povo para tomarem parte nesta homenagem constará da missa solene as 9:00hs cantada pelo M. Fernando Carneiro e a tarde às 16:00hs a procissão tocará nesse ato a Minerva Cachoeirana e após recolher sessão dada a bênção e do S.S. Sacramento e posse dos futuros juízes e a Irmandade de N.S. da Ajuda⁸.

Algumas festividades eram realizadas pela Instituição, como por exemplo as quermesses que sorteavam brindes para arrecadarem recursos para serem revertidos posteriormente em instrumentos, fardamentos, enfim viabilizando a manutenção da filarmônica⁹ (RAMOS, 2011, p.55).

A Minerva Cachoeirana realizava os denominados “recreios”, nos quais deslocava-se para Maragojipe, Salvador, Santo Amaro, Feira de Santana e demais localidades através de trem e de navio¹⁰. Como ressalta o jornal A Ordem do dia 16 de janeiro de 1910

A simpática filarmônica “Minerva Cachoeirana” efetua definitivamente no próximo domingo um excelente passeio de recreio a capital do Estado. Para essa digressão fluvial e marítima que certamente se rodeará dos melhores atrativos, já está contratado o espaçoso e confortável vapor “Conselheiro Dantas” da “Navegação Baiana” que zarpará do nosso porto armado em arco, às 6 horas da manhã. Naquele dia com a festa tradicional e de antigos costumes do Senhor do Bonfim a invicta cidade de Salvador apresentará aspecto festivo, havendo nela várias diversões para aprazimento dos recreantes¹¹.

A filarmônica realizava excursões para Santo Amaro como demonstra a seguinte notícia do jornal A Cachoeira do dia 10 de setembro de 1967

Teve marcante e vitoriosa finalidade confraternizadora a excursão da Sociedade Lítero Musical Minerva Cachoeirana no último domingo 3 do corrente a leal e hospitaleira cidade de Santo Amaro. Objetivando o elogiável soerguimento de uma tradicional coirmã a Apolo Santamarense que completou 70 anos de existência, a Minerva e todas as pessoas gratas que acompanharam sua delegação receberam as mais carinhosas provas de amizade a exaltação do povo santamarense destacando-se os discursos dos Srs Heitor Dias operoso Secretário da Justiça do Estado, Sr Renato Leoni prefeito de Santo Amaro que enalteceu o valor da Cachoeira, seu povo, sua história em vários atos solenes na sede Inapuru Social Clube, Salão da Câmara de Vereadores, quando agradeceram em nome de Cachoeira os Srs dr. Artur Nunes Marques, Padre Antônio Carlos Onofre, Manoel Martins Gomes Presidente e Diretor da Minerva que voltaram encantados com a hospitalidade santamarense¹².

A Minerva Cachoeirana foi a 2ª colocada no 1º concurso Estadual de Filarmônicas em 1969; 1ª colocada no 1º centenário de Feira de Santana, em Feira de Santana, em 1973; 2ª colocada no 1º Festival do interior em 1975; 3ª colocada no 5º Festival de Filarmônicas no interior em 1979; 1ª colocada no 1º Festival de Filarmônicas do Recôncavo em 1994, entre outros.

Em abril de 1917, a filarmônica foi convidada para participar do festival de micareta na capital do estado, em março de 1949 esteve presente nos 450 anos de Salvador, em 1973 participou do Centenário da Independência da Bahia, tocando o hino 2 de julho ao presidente Médiçi.

O seguinte trecho da ata do dia 10 de fevereiro de 1973 evidencia as constantes vitórias da filarmônica nos festivais

O corpo musical recebeu homenagens dos presentes e de sua Diretoria, pela taça conquistada no concurso de Banda de Música na cidade de Feira de Santana, como parte da abertura dos festejos do centenário daquela cidade. Disse das conquistas obtidas por esta Sociedade através de competições musicais, ressaltando por uma tuba, oferta do Exmo. Sr. Vice-governador do Estado o presidente da Comissão Estadual dos festejos do sesquicentenário da Independência do Brasil¹³.

O 2º artigo do estatuto assegura que a Sociedade é incumbida de oferecer sem

fins lucrativos a população e aos associados por meio da Escola de Música mantida pela mesma, denominada de Escola Lítero Musical Minerva Cachoeirana o aprendizado gratuito da leitura e de música com o intuito de elevar o nível educativo, cultural e artístico da população; manter os serviços educativos, sociais e assistenciais, de modo que propicie benefícios aos jovens, às crianças e aos idosos de acordo ao meio social nos quais vivem; difundir a arte musical e aperfeiçoar a cultura artística da população através do funcionamento da filarmônica, a ser ministrada por um regente com habilitação para tal cargo.

A Instituição deve realizar assembleias e palestras literárias com o intuito dos seus associados e a população aprimorarem seus conhecimentos literários, além de manter uma biblioteca a serviço dos alunos. Além de proporcionar assistência aos sócios que tornarem-se inválidos ou incapacitados ou não tiverem recursos financeiros para sobreviverem, oferecendo assistência no que for plausível aos que necessitem quando solicitarem auxílio, aos sócios que vierem a óbito e for comprovado estado de carência será efetivado o auxílio-funeral.

A filarmônica deve fornecer instrumento musical e a farda ao aluno da Escola de Música ou ao sócio que ingresse na Banda. Além de fazer-se presente nas festividades patrióticas ou outras, nos funerais dos seus sócios ou de pessoas que contribuíram de alguma forma e sejam merecedoras de homenagem. Os músicos da filarmônica devem comparecer uniformizados nas festividades patrióticas da cidade, realizar retretas e festivais gratuitamente, com o intuito de propiciar a formação cultural da população, difundir a arte musical em todos os meios possíveis.

No que concerne aos sócios, estes podem ser denominados de efetivos, benfeitores e beneméritos. Os primeiros são os indivíduos que forem sancionados em sessão da Diretoria em Assembleia mediante exposição da proposta firmada por um sócio efetivo, após ser submetido à apreciação Comissão de Sindicância ou os sócios que ingressarem na banda, sendo então, isentos do pagamento de joia e mensalidade.

Os sócios efetivos têm que estarem de acordo a Constituição da Sociedade, comparecer as tocatas, fazer-se presente nas campanhas de finalidade cultural subsidiadas pela filarmônica e exercer seu poder de voto frequentando constantemente as sessões.

Os sócios benfeitores eram os que contribuíam com donativos de grande valia

para a filarmônica, já os beneméritos são assim denominados por prestarem serviços considerados de grande relevância para a Sociedade.

A seleção do professor da Escolinha Musical era realizada pelo presidente da Sociedade, se a Assembléia assentir. O instrutor deve ministrar aulas teóricas, práticas e de outra matéria educativa ao seu alcance e fornecer aos alunos o instrumento musical. Então, nesse sentido cabe salientar que a Escola de Música não estava restrita a aprendizagem musical.

Cabe ressaltar que a filarmônica “*Minerva Cachoeirana*” adotou Nossa Senhora do Rosário, padroeira da cidade de Cachoeira, como patrona da Instituição. Além disso, após a consulta ao livro de sócios da filarmônica, percebemos que vários padres eram sócios da Instituição, como por exemplo, Pe. Antônio Carlos Onofre (1967), Pe. Florisvaldo (1937), Dom Roque (1978).

A filarmônica mantinha uma grande proximidade com a Igreja Católica e as irmandades religiosas da época. A Igreja requisitava a filarmônica para abrilhantar os festejos religiosos da cidade e de outras localidades. Como demonstra o seguinte trecho da entrevista com Egno Santos antigo músico da filarmônica, tocador de caixa e clarineta

Aqui tinha um padre que não podia ver a Minerva tocar, que vinha atrás pra tocar um dobrado, que ele oferecia a Minerva...o padre Roque, orador da Minerva achava no direito de querer a Minerva pra festa no Rosarinho, o padre Fernando achou também de querer a Minerva pra tocar na procissão na Igreja do Remédio, do senhor São Cosme...naquela época a Minerva tinha músicos demais e dividiu em duas, 30 de um lado e 30 do outro, fez uma banda de um lado e outra de outro¹⁴.

Outro aspecto observado após a consulta ao livro dos sócios, refere-se à presença constante de presidentes da Câmara Municipal de Cachoeira como sócios da Instituição, como por exemplo, Manoel Martins Gomes que foi presidente da Câmara de 1904 a 1906; Artur Nunes Marques (orador da filarmônica), presidente em 1949 a 1950; deputado Brandão Correia, presidente em 1967, entre outros

Como evidencia a ata da sessão do dia 23 de outubro de 1966

O presidente vivamente emocionado em eloquentes palavras disse da realização feita em favor da Minerva, salientando que não fosse a colaboração que recebeu dos Poderes Públicos através das verbas

colocadas no orçamento da união pelo deputado Aloísio de Castro da colaboração indispensável que lhe prestou o deputado Edvaldo Brandão Correia não seria possível colocar a Minerva na invejável posição que ela se encontra.

A *Minerva Cachoeirana* desenvolveu e atualmente promove um trabalho de grande relevância social e educacional, uma vez que mantém gratuitamente uma escola de música para os jovens da região, em sua grande maioria pertencentes às camadas menos abastadas da cidade.

A pesquisa sobre a filarmônica ressaltará a importância da mesma para a cidade, contribuindo, assim, para o reconhecimento da necessidade de preservação do Patrimônio Cultural. Além de representar uma forma de incentivo para o investimento de recursos financeiros de autoridades municipais e estaduais, especificamente os órgãos de defesa e preservação do Patrimônio Imaterial e Material, a exemplo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o IPAC, Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, preservando assim o ensino e a prática musical, pois, muitas vezes a manutenção das aulas e da própria estrutura física das sedes das filarmônicas é custeada com recursos da própria Instituição.

É importante frisar que entendemos o conceito de Patrimônio Imaterial definido pela Unesco como “as práticas, as representações, expressões, os objetos, conhecimento e técnicas, junto com os instrumentos, objetos, artefatos, e lugares culturais que lhes são associados que as comunidades, os grupos e, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”. Este, abrange os saberes, as formas de expressão, costumes, as tradições, que no caso do presente trabalho consiste na forma de transmissão, dos saberes e do conhecimento musical e instrumental da filarmônica *Minerva Cachoeirana*¹⁵.

No Brasil, como em diversos outros países, o uso da História Oral como metodologia tem crescido substancialmente nas últimas décadas. Foi introduzida no país na década de 1970, quando foi criado o Programa de História Oral do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil).

Em meados do século XX, a prática historiográfica passou a analisar de uma nova forma as fontes históricas. A partir dos *Annales* uma ampla gama de temáticas acerca da vida social tornou-se objeto de estudo do historiador.

A oralidade é um instrumento de transmissão de informações acerca de

experiências sociais. Nesse sentido Portelli (1997) evidencia que a escrita e a oralidade analisadas conjuntamente não são excludentes. As fontes orais demonstram e a subjetividade do depoente que possibilitam “não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”¹⁶(PORTELLI (1997, p.31).

A História Oral visa aprofundar os aspectos sobre determinadas realidades como as estruturas de uma sociedade, as práticas rotineiras, entre outros. A partir da memória viva esse tipo de método permite uma abordagem mais abrangente.

Segundo Halbwachs (1990) “a memória é resultado do movimento do sujeito no ato da memorização, como também é ação dos diversos grupos sociais em suas histórias, o passado e presente”¹⁷(HALBWACHS, 1990, p.32).

O depoimento oral percebido enquanto fonte histórica é de grande relevância para a pesquisa, uma vez que traz à tona visões diferenciadas acerca de um mesmo fato ou acontecimento. Nesse sentido, Lucília Neves ressalta que

(...) os historiadores são movidos por um imperativo ético que os motiva a contribuir para o impedimento de que a memória histórica se desvaneça e de que as identidades se percam no fluir inexorável do presente contínuo. Ao dedicarem-se à tarefa de fazer afluir o passado por meio de diferentes versões e de analisá-lo da maneira mais consistente possível, estão vinculando a razão histórica à memória. Em última instância, buscam cumprir uma função social de especial relevância: fazer do saber histórico tanto fundamento do conhecimento passado, como da projeção do futuro e, além disso, empenhar-se para impedir que o consumo diuturno do esquecimento e da perda da identidade se constitua no signo maior da modernidade.¹⁸

Notas

¹ Melira Elen Mascarenhas Cazaes. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UEFS da linha Cultura, Identidades e Linguagens. Bolsista FAPESB. E-mail: mell_ellen@hotmail.com.

² SANTOS, Jadson Luiz dos. *Cachoeira- III Séculos de História e Tradição*. Salvador: Contraste Editora Gráfica, 2001, p.15.

³ Tranquillino Bastos nasceu em Cachoeira, no dia 8 de outubro de 1850 e faleceu no dia 12 de março de 1935. Foi compositor, clarinetista, instrumentista, regente, além de arranjador. Era autodidata na sua formação musical e esteve sempre à frente de movimentos sociais e políticos, sobretudo ao movimento abolicionista da referida cidade. Isso pode ser verificado através de algumas de suas obras como o “Hymno do 13 de maio (1888), “Hymno da Cachoeira” e o dobrado “Navio Negroiro”, homônimo do poema de Castro Alves.

⁴Fonte: Arquivo da Sociedade Lítero Musical Minerva Cachoeirana.

⁵Estatuto pertencente ao Arquivo da Sociedade Lítero Musical Minerva Cachoeirana

⁶Informação retirada das entrevistas realizadas com antigos integrantes da filarmônica Minerva Cachoeirana.

⁷Idem

⁸A Cachoeira, Cachoeira, 1º de novembro de 1964, p.1.

⁹RAMOS, Jorge. *O semeador de orquestra: história de um maestro abolicionista*. Salvador: Solisluna Editora, 2011.

¹⁰SANTANA, Charles. *As Filarmônicas e a Música Urbana do Recôncavo* In: LEAL, M^a das Graças de Andrade; NONATO, Raimundo Pereira; CASTELUCCI JÚNIOR, Wellington(Orgs). *Capítulos de História da Bahia: Novos enfoques, novas abordagens*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 267-285.

¹¹A Ordem, Cachoeira, 16 de janeiro de 1910, p.1.

¹²A Cachoeira, Cachoeira, 10 de setembro de 1967, p.1.

¹³Fonte: Arquivo da Sociedade Lítero Musical Minerva Cachoeirana.

¹⁴Entrevista concedida por Egno Santos a Melira Elen Mascarenhas Cazaes em Cachoeira, 09/02/2012.

¹⁵IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cachoeira: vivências e compreensões do patrimônio cultural*. s.l. 2007.

¹⁶PORTELLI, Alexandre. *O que faz a história oral diferente*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História, n°14, São Paulo, 1997.

¹⁷HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

¹⁸NEVES, Lucilia de Almeida. Memória, História e sujeito: substratos da identidade. In: *História Oral-Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n° 3, junho de 2000, p.115.